

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Carolina Moraes Alves

**A INSERÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NA GRANDE VITÓRIA/ES**

VITÓRIA

2019

Carolina Moraes Alves

**A INSERÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NA GRANDE VITÓRIA/ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física para a Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. José Francisco Chicon

VITÓRIA

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA
A EDUCAÇÃO BÁSICA

A comissão examinadora, abaixo assinada, confere ao Trabalho de Conclusão de Curso

**A INSERÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NA GRANDE VITÓRIA/ES**

Elaborado por
Carolina Moraes Alves

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Educação Física para a Educação Básica.

Aprovada em de de 20

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Francisco Chicon (Cefd/Ufes)
(Orientador)

Profa. Dra. Erineusa Maria da Silva (Cefd/Ufes)

Prof. Dr. Marcelo Nunes (CE/Ufes)

Resumo

Este estudo objetiva identificar e analisar as barreiras atitudinais, arquitetônicas e procedimentais, encontradas pelos coordenadores de núcleos de acessibilidade, coordenadores de curso de Educação Física e discentes com deficiência quanto ao acesso, permanência e aprendizado das pessoas com deficiência nos Cursos de Educação Física das universidades públicas e privadas do Estado do Espírito Santo. Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo caracterizado como um levantamento de caso com vistas a melhor situar os processos inclusivos dos alunos/as com deficiência nas universidades públicas e privadas no Estado do Espírito Santo. Os participantes foram quatro professores coordenadores de curso de Educação Física e de núcleo de acessibilidade de Instituição de Ensino Superior (IES) pública e privada e dois estudantes com deficiência de IES pública. Utilizou-se como instrumento para obtenção das informações a entrevista semiestruturada. Os resultados apontam para a mobilização das IES tanto pública quanto privada para superar as barreiras atitudinais, arquitetônicas e procedimentais em relação ao acesso, permanência e aprendizado das pessoas com deficiência no ensino superior.

Palavras chave: Educação Física. Ensino Superior. Inclusão.

Abstract

This study objective to identify and analyze the attitudinal, architectural and procedural barriers encountered by the accessibility nucleus coordinators, Physical Education course coordinators and students with disabilities regarding the access, permanence and learning of people with disabilities in the Physical Education Courses of universities public and private entities of the state of Espírito Santo. This is a qualitative, exploratory and descriptive study characterized as a case study in order to better situate the inclusive processes of students with disabilities in public and private universities in the state of Espírito Santo. Participants were four coordinating teachers of Physical Education and accessibility core course of public and private Higher Education Institution (HEI) and two students with disabilities of public HEI. It was used as instrument to obtain the information the semi-structured interview. The results point to the mobilization of both public and private HEIs to overcome the attitudinal, architectural and procedural barriers regarding access, permanence and learning of people with disabilities in higher education.

Keywords: Physical Education. Higher Education. Inclusion.

1 Introdução

Na atualidade, observamos que o movimento de inclusão de pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (público-alvo da Educação Especial) tem crescido nas Instituições de Ensino Superior (IES) no país, como revela o censo da Educação Superior de 2017 (INEP 2017), ao informar que nos últimos oito anos (2009 à 2017), o número de matrículas cresceu de 20.530 para 38.272.

Esse quantitativo de 17.742 novas matrículas no ensino superior, nesse curto espaço de tempo é muito significativo e representa um indicativo de que o público-alvo da Educação Especial começa a chegar nesse nível de ensino, revelando um grande avanço nas políticas de inclusão. No entanto, Santos, Viana e Fumes (2008, p. 8) salientam que “quantidade” não é o único fato relacionado à inclusão, afirmando que é preciso “[...] garantir qualidade na educação, tanto nas instituições superiores, quanto nos demais níveis e modalidades de ensino”.

Dias, Silveira e Musis (2008, p. 4), corroboram essas afirmações reconhecendo o acesso desse alunado no ensino superior e chamando nossa atenção para o fato de que essas instituições tem encontrado dificuldades e dúvidas com relação ao que precisam prover e a forma como devem se estruturar para garantir o acesso, permanência e aprendizado a eles. Em suas palavras: “[...] as pessoas com deficiência têm chegado às universidades e estas instituições têm encontrado inúmeras dificuldades e dúvidas com relação ao que precisam prover e à forma como devem se estruturar para receber esses alunos”.

Tomando em consideração o que trata a Lei nº. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sobre a Educação Superior, verificamos que em seu art. 43, VIII, proclama que as IES têm como finalidade: “Atuar a favor da universalização” e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996).

Sendo assim, há o reconhecimento de que as IES precisam se organizar e se estruturar com urgência para receber o público-alvo da Educação Especial, de forma que não somente exista uma estrutura física, com equipamentos adaptados, lugares acessíveis (rampas, piso tátil, etc.), mas também e, principalmente, que toda a sua equipe escolar

(professores, funcionários e dirigentes) estejam orientados e preparados para transformar esse espaço em uma instituição de ensino que seja acessível e inclusiva.

Outro aspecto a salientar, refere-se ao fato de que a inserção desses indivíduos nesse nível educacional, pode melhor qualificar o docente, na medida em que irá provocar a promoção de estratégias didático-pedagógicas mais inclusivas, o que irá beneficiar a todos/as.

Nesse ponto da pesquisa, perguntamos: quais são as limitações, possibilidades e desafios encontrados pelos coordenadores de núcleos de acessibilidade, coordenadores de curso de Educação Física e discentes com deficiência em relação ao acesso, permanência e aprendizado das pessoas com deficiência nos Cursos de Educação Física das Universidades públicas e privadas do Estado do Espírito Santo?

Para tanto traçamos como objetivo identificar e analisar as barreiras atitudinais, arquitetônicas e procedimentais, encontradas pelos coordenadores de núcleos de acessibilidade, coordenadores de curso de Educação Física e discentes com deficiência quanto ao acesso, permanência e aprendizado das pessoas com deficiência nos Cursos de Educação Física das universidades públicas e privadas do Estado do Espírito Santo.

3 Metodologia

Este estudo tem caráter qualitativo, exploratório e descritivo, com preocupação em situar os processos inclusivos dos alunos/as com deficiência nas universidades públicas e privadas no Estado do Espírito Santo. Atualmente encontramos duas Universidades no Estado do Espírito Santo, uma pública e outra privada a saber: Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e Universidade Vila Velha (UVV) respectivamente.

A Ufes foi fundada no dia 3 de março de 1930 e, em 30 de janeiro de 1961, a universidade foi federalizada, tornando-se a primeira instituição universitária de ensino superior do Espírito Santo. Hoje, possui quatro campi distribuídos em três municípios (Vitória, São Mateus e Alegre). Oferece 103 cursos de graduação, com 5.004 vagas anuais.

A UVV foi inaugurada em 16 de abril de 1974, como Sociedade Educacional do Espírito Santo. Em 2000, possuía três faculdades que, posteriormente, em 2001, foram fundidas, ganhando a denominação de Centro Universitário Vila Velha. Recentemente, em

21 de dezembro 2011, conquistou sua credencial de Universidade, passando a denominar-se Universidade Vila Velha (UVV).

Os participantes do estudo da universidade pública constaram de uma coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação Física, com idade de 52 anos, ocupando o cargo a um ano e seis meses; um coordenador de núcleo de acessibilidade, com idade de 38 anos, ocupando o cargo a um ano e quatro meses e dois acadêmicos com deficiência, um com diagnóstico de deficiência física e uma com baixa visão, com idades de 22 anos, cursando o segundo e terceiro período respectivamente. Infelizmente, um dos acadêmicos com deficiência física não se propôs a participar da pesquisa.

Os participantes da universidade privada constaram de um coordenador de Curso de Educação Física, com idade de 51 anos, ocupando o cargo a 21 anos; uma gestora de núcleo de acessibilidade, com idade de 36 anos, ocupando o cargo a um ano e seis meses. Infelizmente, nessa instituição não conseguimos a participação dos dois acadêmicos com deficiência matriculados no Curso de Educação Física, pois não responderam as nossas tentativas de contato, por telefone, e-mail e pessoalmente.

Para o processo de coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada, organizando um roteiro de entrevista (apêndice 1) para os acadêmicos com deficiência, constando de dados de identificação e nove questões versando especialmente sobre limitações, possibilidades e desafios ao ingressar no curso de Educação Física, no que se refere a barreiras atitudinais, procedimentais e físicas. Um roteiro de entrevista (apêndice 2) para os coordenadores de Curso e de Núcleos de Acessibilidade, constando de dados de identificação e quatro perguntas versando sobre os mesmos aspectos indicados para os acadêmicos.

Quanto a forma em que procedemos para a realização das entrevistas com os participantes, partimos da elaboração de uma carta de apresentação da pesquisadora (apêndice 3), termo de consentimento para divulgação dos dados (apêndice 4) e contato para agendamento das entrevistas, em locais e horários designados pelos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas no dia, horário e local indicados pelos entrevistados, na própria instituição, em uma sala reservada para esta finalidade, fazendo uso de gravador de voz com o consentimento deles. Cada entrevista durou em média 30 minutos. Na sequência, os dados foram transcritos e organizados em um quadro para posterior análise.

A análise dos dados foi realizada mediante a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2004), utilizando procedimentos para identificação de categorias de análise. Cabe salientar

que a pesquisa foi autorizada por todos os entrevistados, com a assinatura do termo de divulgação de dados.

4 Resultados e discussões

A inserção da pessoa com deficiência no ensino superior: barreiras atitudinais, arquitetônicas e procedimentais

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é uma realidade cada vez mais presente em nosso país. Para se ter uma dimensão, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2014), divulgou que nos últimos anos vem ocorrendo um aumento das matrículas de pessoas com deficiência no Ensino Superior no nosso país, alcançando 33.337 em 2014. Dessas, 19.654 (58,9%) em instituições privadas e 13.723 (41,1%) em instituições públicas de ensino. Os números nos levam a refletir da importância das políticas afirmativas no ensino superior público para engrossar o número de matrículas desses indivíduos nesse nível educacional, pois a educação é direito inalienável de todos os cidadãos.

De acordo com o Decreto Federal 5.296/2004, que regulamenta normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e ou/ mobilidade reduzida, a acessibilidade em seu artigo 8º, I, é definida como:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa [com] deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, p. 2).

Em uma leitura mais atenta da regulamentação é possível identificar que o conceito foi ampliado, prevendo um conjunto de ações para que a pessoa com deficiência acesse em condições de igualdade as diversas instâncias sociais, como educação, saúde, lazer, entre outras.

Na Ufes, a gestão das políticas de acesso, permanência e aprendizado das pessoas com deficiência é realizada pelo coordenador do Núcleo de Acessibilidade da Ufes (Naufes), vinculado a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci). O Naufes atende, atualmente, cerca de 259 acadêmicos dos cursos de graduação com deficiência, tendo predomínio a visual, a surdez e a deficiência física. Especificamente no curso de Educação Física, segundo a coordenadora, são três acadêmicos com deficiência, dois com deficiência física, com malformação nos membros inferiores que fazem uso de muletas para

locomoção (um não participou do estudo), cursando o terceiro período e uma com baixa visão, cursando o primeiro período.

Já no Núcleo de Acessibilidade da UVV (Nace) são atendidos atualmente cerca de 132 acadêmicos de graduação, porém, há um ciclo de rotatividade entre os alunos atendidos. A cada semestre o aluno tem o direito de expor se quer ou não ser assistido pelo núcleo, se assim sentir necessidade. Especificamente no curso de Educação Física estão matriculados três acadêmicos com deficiência, dois com diagnóstico de esquizofrenia e um com deficiência auditiva (não participaram da pesquisa).

Antes de tudo, de acordo com Ciantelli e Leite (2016, p. 419) é importante destacar que, dentre as responsabilidades da função de coordenador de núcleo e/ou comitê de acessibilidade destacam-se:

[...] acompanhar, coordenar e orientar os estudantes com deficiência das universidades; organizar a gestão do núcleo; gerenciar o repasse financeiro; orientar projetos de monitores/bolsistas; planejar ações de acessibilidade na universidade; realizar capacitação de professores e funcionários; articular parcerias; desenvolver atividades paraolímpicas; cadastrar estudantes com deficiência; acompanhar as atividades dos Intérpretes de Libras.

Assim, no âmbito educacional, a acessibilidade, conforme os autores citados, “[...] pressupõe medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras” (p. 414). Nessa direção, depreende-se que as instituições de educação superior, ao favorecerem condições de acessibilidade, coadunam-se com os princípios da inclusão educacional, “[...] que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes” (BRASIL, 2013, p. 4).

Do depoimento dos professores entrevistados sobre o conceito de inclusão no acolhimento dos alunos com deficiência no ensino superior¹, percebemos que tanto na concepção dos coordenadores de curso e de núcleos de acessibilidade das instituições públicas quanto das privadas, o acolhimento no momento do acesso e na permanência precisa ser muito bem cuidado por todos, corpo docente, discente e funcionários, pois trata-se de um termo muito caro a integridade da pessoa, que implica o seu bem-estar ou mal-estar, dependendo de como este procedimento seja conduzido por aqueles que acolhem, devendo, por isso, ser uma ação institucionalizada. Nas palavras dos professores:

¹ Essa questão não foi realizada com os estudantes.

O acolhimento é um termo muito caro, uma boa acolhida é representação de muitas coisas. É uma base que você coloca bem fundamentada. Quero que essa acolhida se transforme em algo institucional. [...] a gente busca fazer o melhor acolhimento possível, de receber esse aluno, de ter reuniões com as famílias, encontros com os alunos, reuniões com o colegiado, tentando assim movimentar a universidade em torno do tema acessibilidade (Coord. de núcleo - Ufes).

Acho que o processo de inclusão no acolhimento é tão amplo e tão holístico. Ele perpassa pelas questões da instituição, do corpo da instituição, tanto do porteiro que da um “bom dia” ou que abre o portão ao invés de pedir que o aluno passe pela catraca. Passa pela menina que vai atender lá no administrativo, na secretaria e pelo professor na sala de aula. Então, na verdade é uma mobilização tão grande de acolhimento do aluno, que não é só o NACE, não é o espaço NACE.

Inclusão passa por todos os sujeitos, desde a pessoa que está limpando o chão e vai pensar que o produto que ela está usando pode não ser favorecedor para quem tem uma debilidade motora, quanto finalizando lá no professor que está ministrando aula (Coord. de núcleo – UVV).

Precisamos o tempo todo dialogar. Porque eu como coordenador e os professores, nós não sabemos de todas as coisas e todas as tipologias. Então, assim que o aluno entra, nós começamos a conversar, principalmente com a família. Nosso acolhimento aqui é o seguinte, a gente percebe logo no primeiro período quem são esses alunos, procura saber com o laudo médico do que se trata, a gente passa isso para um professor [...] de um laboratório, ele começa a tratar pedagogicamente [a situação] e a professora [...] da disciplina de inclusão. Ela nos passa mais um laudo de como nós precisamos ver, nosso olhar sobre aquela tipologia. A partir daí a gente encaminha para a família, se a gente pode tratar isso aqui entre nós ou se a gente precisa de um auxílio do corpo docente da psicologia ou se é necessário também que a reitoria necessite de mandar algum tipo de profissional para que acompanhe esse estudante (Coord. de Curso – UVV).

O mundo tem que se preparar para receber a pessoa com deficiência e não a pessoa com deficiência ter que ser [colocada no ambiente] e aí ela tem que se integrar. A Ufes vem fazendo um trabalho nesse sentido, de uns anos para cá, buscando criar condições efetivas para receber esses alunos, mas a gente sabe que ainda temos diversos problemas a enfrentar (Coord. de curso – Ufes).

Importante frisar que concordamos e referendamos a concepção de inclusão e acolhimento expressa pelos professores entrevistados nas citações apresentadas e, mais ainda, salientamos que dirigem-se ao encontro do moderno conceito de inclusão ao reiterar que a deficiência não deve ser mais vista como algo intrínseco à pessoa, mas presente e de responsabilidade da sociedade.

A inclusão em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem, em vez de

procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhes para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deve ajustar-se a padrões de ‘normalidade’ para aprender, aponta para escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (PARECER nº17, 2001, p. 15).

Com relação a questão de quais foram às limitações, possibilidades e desafios que os entrevistados encontraram em relação ao acesso, permanência e aprendizado dos alunos com deficiência, obtivemos respostas que podem ser refletidas por meio de três eixos de análise: barreiras atitudinais, arquitetônicas e procedimentais.

BARREIRAS ATITUDINAIS

Castro e Almeida (2014, p. 184), em seus estudos afirmam que barreiras atitudinais “[...] são aquelas oriundas das atitudes das pessoas diante da deficiência como consequência da falta de informação e do preconceito, o que acaba resultando em discriminação e mais preconceito”.

Durante as entrevistas, os participantes mencionaram sobre barreiras relacionadas aos docentes que por diversas vezes dificultam o trabalho realizado pelos núcleos de acessibilidade e pelos coordenadores de curso, por não se mostrarem solidários a questão da diferença e disponíveis no sentido de encontrar respostas educativas as necessidades educacionais dos alunos com deficiência. Esse entendimento é compartilhado pelos/as quatro professores/as entrevistados/a e pode ser observado na fala de uma delas.

As minhas maiores barreiras são em relação às barreiras atitudinais dos professores. É muito difícil quando você lida com um sujeito que estudou muito para exercer sua função e ele acha que domina tudo quando ele está em sala de aula e, na verdade, não. Ele domina a ciência dele, não domina o trato com as pessoas. Então, trabalhar com o/a professor/a [que não se mostra acessível ao diálogo sobre essa questão] de que eu estou pedindo, aí eu parto pelo bom senso, [...] tento comover o professor. Quando eu não consigo mais, eu apelo para a lei. Eu jogo para uma questão mais organizacional, já sai um pouco de cena a pessoa e envolvo a organização (Coord. de núcleo – IES privada).

Em frente a essa situação, os/as professores/as se manifestam orientando da necessidade de que os profissionais sejam sensibilizados para o acolhimento ao outro e estejam abertos para outras/novas inserções pedagógicas em seu âmbito de atuação, como se observa nas falas a seguir:

Porque as partes físicas são resolvíveis, mas a parte atitudinal, essa depende de você. Depende do/a professor/a. Uma coisa fundamental é a abertura ao outro diferente de mim (Coord. de núcleo IES – pública).

Mas, para além do espaço, mais importante é ter a sensibilidade e a empatia dos professores e professoras. Se o/a professor/a tem essa empatia, a questão do obstáculo, ele vai se organizando. Não que o espaço não seja importante, mas para além do espaço a gente precisa dessa empatia. E que muitas vezes a gente vê que não tem. Acolher a diferença é fundamental (Coord. de curso IES – pública).

O entendimento do corpo docente e institucional de que independentemente da tipologia, ele pode ser um profissional de educação física (Coord. de curso IES – privada).

Os aspectos mencionados nos depoimentos citados são norteadoras para pensar no ensino do aluno dentro da sala de aula, mas também no contexto geral da universidade, tanto pública quanto privada. Todos os entrevistados afirmaram que o acolhimento é fator principal para a entrada e permanência do aluno na IES. A fala de um dos depoentes ilustra essa percepção: “Acolhimento é um termo muito caro. Uma boa acolhida é a representação de muitas coisas, é uma base que você coloca [na relação] bem fundamentada. Quero que essa acolhida se transforme em algo institucional”.

Nessa direção, sobre as barreiras atitudinais é preciso que todos nós tomemos em consideração o significado de uma frase encontrado no texto “Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola”, publicado no blog: “Deficiente ciente: o blog da inclusão e cidadania”, ao afirmar que:

Durante as entrevistas, os participantes mencionaram sobre barreiras relacionadas aos docentes que por diversas vezes dificultam o trabalho realizado pelos núcleos de acessibilidade e pelos coordenadores de curso, por não se mostrarem solidários a questão da diferença e disponíveis no sentido de encontrar respostas educativas as necessidades educacionais dos alunos com deficiência. Esse entendimento é compartilhado pelos/as quatro professores/as entrevistados/a e pode ser observado na fala de uma delas.

Em frente a essa situação, os/as professores/as se manifestam orientando da necessidade de que os profissionais sejam sensibilizados para o acolhimento ao outro e estejam abertos para outras/novas inserções pedagógicas em seu âmbito de atuação, como se observa nas falas a seguir:

[...] as barreiras atitudinais marginalizam a pessoa com deficiência, deterioram-lhe a identidade de pessoa humana e restringe-lhes as possibilidades de desenvolvimento e relação social. Por fim, convida-se a todos ao reconhecimento das barreiras atitudinais, a fim de que, pela

transformação individual, se alcance a transformação do coletivo, tornando a sociedade excludente de hoje numa sociedade inclusiva já! (BLOG: deficiente ciente, 1 nov. 2019, p. 1).²

A seguir passamos a analisar as informações referentes as barreiras arquitetônicas.

BARREIRAS ARQUITETÔNICAS

De acordo com Dischinger e Machado (2006, p. 36), barreiras arquitetônicas “São representadas por elementos arquitetônicos físicos ou de desenho espacial que dificultam, ou impedem, a realização de atividades desejadas de forma independente causando diversos tipos de restrições”.

Dischinger e Machado (2006) orientam que as barreiras arquitetônicas são elementos que constituem um espaço físico de determinado espaço. Espaço do qual precisa estar adaptado a todos e todas que estarão frequentando diariamente aquele lugar. Essas adaptações precisam estar visíveis aos frequentantes e deve estar presente em todos os espaços, de portas à rampas.

A Lei nº 10.098, de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), mais conhecida como Lei da Acessibilidade, busca estabelecer em seu artigo 1º, as normas gerais e os critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas com deficiência ou que apresentam mobilidade reduzida, indiferente de qual seja esta deficiência (visual, locomotora, auditiva e etc.), através da eliminação dos obstáculos e barreiras existentes nas vias públicas, na reforma e construção de edificações, no mobiliário urbano e ainda nos meios de comunicação e transporte.

Observem que essa é uma lei que entrou em vigor no ano 2000 e hoje, ano 2019, ainda encontramos na IES pública barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso de pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida de forma autônoma e independente aos espaços de ensino como ausências de rampas ou a presença de rampas com inclinação inadequadas, ausência de guarda corpo em passarelas com elevação de um metro do solo, locais de aula como piscina sem passarela de acesso. Essa condição pode ser percebida na fala dos dois gestores: *"Precisaria reestruturar a própria estrutura física. Começar pelo espaço. [...] Rampas que ainda são impróprias, falta de vias de acesso a*

² BLOG: deficiente ciente: o blog da inclusão e cidadania. Texto “Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola”. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/barreiras-atitudinais-obstaculos-a-pessoa-com-deficiencia-na-escola.html>. Acesso em: 1 nov. 2019.

piscina, passarelas sem o guardo corpo [...]" (Coord. de curso IES - pública). "São poucos os espaços acessíveis" (Coord. de núcleo IES - pública).

Entendemos que a acessibilidade as instituições públicas e privadas é um direito e, portanto devem ser garantido a todos os cidadãos, tenham eles deficiência ou não. Assim sendo, para que a Universidade se desvencilhe dessa mancha em sua história, pois sabemos que tem produzido avanços importantes na questão do trato social as minorias como a criação da Pró-Reitoria de assistência estudantil e cidadania, a lei de cotas para ingresso de estudantes, a constituição do núcleo de acessibilidade e promoção de cursos de formação continuada dos professores na perspectiva da inclusão, dentre outras ações, é preciso que coloque em seu planejamento estratégico, reformas urgentes em suas edificações, com objetivo de torná-las efetivamente acessíveis a qualquer cidadão.

Em sentido oposto, a IES privada, de acordo com o coordenador de curso, procurou reestruturar suas edificações de modo a torná-la acessíveis a todos com a construção de rampas com inclinação adequada, banheiros adaptados, espaços com monitoramento e orientação, cumprindo a legislação e respeitando o direito do cidadão, tendo essa tarefa como um desafio. Em sua fala: *"Se hoje você entra na Instituição e ela está toda com rampa, com monitoramento, orientação, isso vem de uns cinco anos para cá [...]. Hoje, todos os prédios têm banheiros preparados [...]. O grande desafio é a acessibilidade"* (Coord. de curso IES - privada).

Nos agrada perceber a ação de acessibilidade realizada pela IES privada, entendendo que atitudes nessa direção não é mérito e sim obrigação e respeito a dignidade humana, contribuindo para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Na sequência, analisamos as informações referentes as barreiras procedimentais.

BARREIRAS PROCEDIMENTAIS

Para Castro e Almeida (2014, p. 184), barreiras procedimentais “[...] são aquelas evidenciadas na ação docente, nas práticas pedagógicas em sala de aula, na adequação do material didático, nas diferentes formas de acesso ao conteúdo ministrado pelos professores em sala de aula”.

Nessa direção, conforme reportam os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2013), as instituições de educação superior, ao favorecerem condições de acessibilidade, apoiam-se nos princípios da inclusão educacional, “[...] que implicam em

assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes” (BRASIL, 2013, p. 4).

Nessa perspectiva, a coordenadora de curso da IES pública, em relação aos estudantes com deficiência que acessam o Curso de Educação Física, expressa sua preocupação em conversar, informar e trabalhar a formação dos professores para acolher esse aluno em sua sala de aula/quadra, tendo o cuidado em atender suas especificidades, principalmente em relação as questões didático-pedagógicas, a forma de acesso ao conhecimento e as de como trabalhar as práticas esportivas com eles. Em suas palavras:

Agora estamos com um aluno com baixa visão. Então os professores tem que ter aquele cuidado de lembrar da presença do aluno. Enviamos a normativa da Ufes — documento [orientador] que descreve as ações que os professores devem tomar [para o atendimento as pessoas com deficiência]. [...] conversamos com os professores, informamos que esses alunos precisam de uma ajuda especial, que precisam inclusive de preparação de material didático separado, encontrar formas de acesso ao conhecimento, compra de equipamentos [facilitadores], identificar formas de como trabalhar as práticas esportivas com/para as pessoas com deficiência (Coord. de curso IES - pública).

Essa ação da coordenadora de curso se estende também aos estudantes com deficiência, pois há um entendimento que nesse movimento de acolher a todos/as na Universidade, eles também precisam ser ouvidos e respeitados, tendo em vista o que define o seu lema: "Nada sobre nós, sem nós". Assim, em sua ação de gestão do curso, a coordenadora procura esses alunos com certa frequência, com o objetivo de acompanhá-los em sua trajetória escolar, se fazendo presente, para apoiá-los na solução de suas necessidades. Esse fato pode ser observado na fala da estudante.

A coordenadora de curso entra em contato com as pessoas com deficiência para saber se precisa de provas com letras maiores, se o professor está explicando e está sendo claro. No centro de educação física, isso é muito presente. Ela pesquisou e veio perguntar a mim sobre se eu precisava de ajuda (Estudante da IES - pública).

Nesse bojo, a estudante da IES pública (com baixa visão) entende que o trato pedagógico com a pessoa com deficiência em qualquer nível de ensino é sempre um desafio ao trabalho docente. Por isso, deixa pistas da necessidade de se acreditar no potencial humano, tendo em vista que todos somos diferentes e que pelo trabalho pedagógico sistemático e intencional é possível promover o desenvolvimento do indivíduo.

Quando se trata com alunos com deficiência é um desafio. Então eu acho que é necessário um pensamento pedagógico. Não é impossível. Esta

muito óbvio que um deficiente visual consegue fazer várias coisas que uma pessoa dita 'normal' consegue fazer. É mais pensar que você trabalha com milhares de pessoas e que nenhuma delas é igual. Então você tem que usar o lado pedagógico para poder desenvolver as atividades (Estudante da IES - pública).

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é uma realidade cada vez mais presente em nosso país. Para que esse avanço em relação a promoção de condições mais dignas a esses indivíduos persista, é preciso tomar em consideração que a deficiência não deve ser mais vista como algo intrínseco à pessoa, mas presente e de responsabilidade da sociedade, sendo esta responsável por superar a deficiência por meio da eliminação das barreiras existentes no ambiente e da criação de mecanismos e recursos que possibilitem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade (CIANTELLI; LEITE, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo, visa ampliar os discursos e estudos sobre inclusão de pessoas com deficiência nas Universidades públicas e privadas. Discursos sobre a inserção, sobre acolhimento e especialmente sobre permanência.

De modo consensual, os professores entrevistados mostraram conceber que o termo "acolhimento" das pessoas com deficiência no ensino superior é algo caro a integridade deles, tendo em vista o sentimento de bem-estar ou mal-estar que pode gerar, dependendo de como este procedimento seja conduzido por aqueles que acolhem, devendo, por isso, ser uma ação institucionalizada.

Da análise das informações dos entrevistados, identificamos três eixos de discussão, a saber: barreiras atitudinais, arquitetônicas e procedimentais.

Quanto ao eixo das barreiras atitudinais cabe salientar que foi apontado pelos quatro professores entrevistados que muitas vezes os docentes dificultam o trabalho realizado pelos núcleos de acessibilidade e pelos coordenadores de curso, por não se mostrarem solidários a questão da diferença e disponíveis no sentido de encontrar respostas educativas as necessidades educacionais dos alunos com deficiência, devendo serem sensibilizados para o acolhimento ao outro e abertos para outras/novas inserções pedagógicas em seu âmbito de atuação. Entendendo que temos muitos professores que já encontram-se sensíveis e abertos a essa empatia e acolhimento a essas pessoas no ensino superior.

Quanto ao eixo da barreiras arquitetônicas constatamos que na IES pública muito a de ser realizado nesse aspecto, pois ainda é perceptível a ausência de rampas de acesso ou

com inclinação inadequadas, ausência de guarda corpo nas passarelas elevadas, locais de aula como piscina sem passarela de acesso, espaços sem sinalização etc., dificultando o acesso independentes das pessoas e colocando em risco a integridade física do indivíduo. Em sentido oposto, na IES privada as edificações foram construídas ou reestruturadas de modo a torná-la acessíveis a todos com a construção de rampas com inclinação adequada, banheiros adaptados, espaços com monitoramento e orientação, cumprindo a legislação e respeitando o direito do cidadão.

Com relação as barreiras procedimentais constatou-se que há na IES pública na gestão da coordenadora de curso preocupação em conversar, informar e trabalhar a formação dos professores para acolher esse aluno em sua sala de aula/quadra, tendo o cuidado em atender suas especificidades, em relação as questões didático-pedagógicas, a forma de acesso ao conhecimento e as de como trabalhar as práticas esportivas com eles. Além disso, demonstra preocupação em acompanhar o aluno com deficiência em sua trajetória escolar, se fazendo presente, para apoiá-lo na solução de suas necessidades. Situação que nos parece também acontecer na IES privada, tendo em vista o depoimento dos gestores de curso e do núcleo de acessibilidade em suas narrativas em relação aos aspectos atitudinais e quebra de barreiras arquitetônicas.

6 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_constituicao_federal.pdf. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** – Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação In**

Loco do sistema nacional de avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, DF, 2013.

CASTRO, Sabrina Fernandes; ALMEIDA, Maria Amélia. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em Universidade Públicas Brasileiras. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, abr./jun. 2014.

CENSO 2017 – Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. **INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: maio 2019.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer nº 17, de 3 de julho de 2001**, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

DIAS, Solange Tomé Gonçalves; SILVEIRA, Giovanna Lobianco; MUSIS, Carlo Ralph de. Um olhar sobre as dificuldades da inclusão presentes na escola e na sociedade. In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO, 1., Cuiabá. **Anais ...** Cuiabá: Gráfica Pak Multiídia, 2008. p. 1-11.

DISCHINGER, M.; MACHADO, R. Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis. **Revista Inclusão**, Brasília/DF, v. 2, n. 2, p. 33-39, jul. 2006.

SANTOS, Soraya Dayana Guimarães; VIANA, Márcia Rafaella Graciliano dos Santos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. Os desafios do acesso e permanência das pessoas com deficiência na Universidade Federal de Alagoas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1, Feira de Santana. **Anais ...** Feira de Santana: UEFS, 2008. p. 1-1.

UNIVERSIDADE VILA VELHA. A UVV. Disponível em: <https://uvv.br/a-uvv/>. Acesso em: 20 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. A instituição. Disponível em: <http://www.ufes.br/institui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 set. 2019.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Data:

Entrevistador:

Identificação:

Nome:

Sexo:.....

Data de nascimento:

Cidade:

Idade:.....

Faculdade/Universidade:

Ano de Ingresso:

Período:

Noturno Diurno Diurno e Noturno

Estado civil: casado solteiro desquitado divorciado viúvo

Tem filhos? sim não Quantos? _____

Escolaridade:

Ensino Fundamental - Escola onde estudou _____

Ensino Médio - Escola onde estudou _____

Fez curso pré-vestibular? Sim Não Qual? _____

Fez curso profissionalizante? Sim Não Qual? _____

Profissão:

Ocupação Principal: _____

Ocupação Secundária: _____

Diagnóstico e caracterização dos entrevistados:

Questões da entrevista:

1. Porque escolheu este curso e esta Instituição?
2. Pretende fazer o bacharelado e/ou licenciatura?
3. Este foi o seu primeiro vestibular?
4. Como foi o processo de realização do vestibular?
5. Quais foram as suas limitações, possibilidades e desafios ao ingressar neste curso e nesta Instituição? (respondendo em relação às barreiras atitudinais, procedimentais e físicas).
6. Pratica ou já praticou alguma atividade física? Qual? Onde?
7. Como é a sua relação com os demais alunos?
8. Quais os seus sonhos profissionais?
9. O que um curso de Educação Física precisa para atender, com eficácia, os alunos com deficiência?

APÊNDICE II

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA APLICADA AOS
COORDENADORES DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Data:

Entrevistador:

Identificação:

Nome:

Sexo:.....

Data de nascimento:

Cidade:

Idade:.....

Faculdade/Universidade:

Tempo de formação:

Nível de escolaridade:

Há quanto tempo está na coordenação?

Questões da entrevista:

1. Quantos acadêmicos com deficiência estão matriculados neste Curso e quais tipologias apresentam?
2. Como você entende o conceito de inclusão no acolhimento dos alunos com deficiência no ensino superior?
3. Quais foram as limitações, possibilidades e desafios que você encontrou na gestão do Curso, em relação ao acesso, permanência e aprendizado dos alunos com deficiência? (respondendo em relação as barreiras atitudinais, procedimentais e físicas).
4. Na sua visão, o que um curso de Educação Física precisa para atender, com eficácia, os alunos com deficiência?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Vitória, 8 de julho de 2019.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Venho, por meio desta, apresentar a acadêmica CAROLINA MORAES ALVES, estudante do curso de licenciatura em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo. Em seu trabalho de conclusão de curso (realizado sob minha orientação), a referida acadêmica busca investigar as limitações, possibilidades e desafios encontrados pelos coordenadores de núcleos de acessibilidade, coordenadores de curso de Educação Física e discentes com deficiência quanto ao acesso, permanência e aprendizado das pessoas com deficiência nos Cursos de Educação Física das IES públicas e privadas do município de Vitória-ES.

Desde já, agradeço a Vossa Senhoria se puder recebê-la para o cumprimento dessa atividade.

Prof. Dr. José Francisco Chicon
Tel.: 4009-2626/ 999513828
E-mail: chiconjf@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA DIVULGAÇÃO DE DADOS

Eu, _____, portador (a)
do RG _____ e do CPF _____,

Autorizo a utilização de dados decorrentes de entrevistas, análise documental e diário de campo na publicação e divulgação em artigos, livros, congressos e similares de caráter científico da pesquisa A INSERÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA GRANDE VITÓRIA/ES, desenvolvida no ano de 2019, cujo objetivo é investigar as limitações, possibilidades e desafios encontrados pelos coordenadores de núcleos de acessibilidade, coordenadores de curso de Educação Física e discentes com deficiência quanto ao acesso, permanência e aprendizado das pessoas com deficiência nos Cursos de Educação Física das universidades públicas e privadas do Estado do Espírito Santo e identificar nos cursos de Educação Física das universidades públicas e privadas do Espírito Santo, quantos são os acadêmicos com deficiência matriculados no curso, a tipologia e o tempo médio de titulação.

Telefone: _____ E-mail: _____

Endereço:

Assinatura

Carolina Moraes Alves.
(Pesquisadora)

Vitória, ____ de _____ de 2019.